

PATRIMÔNIO CULTURAL NATALENSE: UMA PROPOSTA DE ROTEIRIZAÇÃO TURÍSTICA

NATAL CULTURAL PATRIMONY: A PROPOSAL FOR TOURISM ROUTING

Almir Félix Batista de Oliveira¹

RESUMO

A presente proposta de trabalho a ser apresentado na I Seminário Internacional sobre Patrimônio Histórico tem por objetivo examinar as relações entretidas entre o Patrimônio Cultural e o mercado turístico na cidade do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte. Em termos de projeto de pesquisa, sua efetivação justifica-se principalmente por procurar compreender como a utilização do patrimônio pode contribuir não somente para o desenvolvimento econômico, mas também para o desenvolvimento social, cultural, portanto, humano, do cidadão natalense. Metodologicamente este trabalho privilegia a leitura e análise de uma série de equipamentos culturais, geridos pela Fundação José Augusto – FJA, através de pesquisa em sitio, bem como de documentação produzida pela mesma. Estes equipamentos também se constituem em equipamentos turísticos, pois são visitados pelos turistas que percorrem a cidade do Natal. Apresentam-se imagens, descrições e informações sobre os mesmos. Por fim conclui-se com a necessidade de se discutir e promover uma maior exploração do turismo cultural na cidade do Natal. Na perspectiva da criação e implantação de um roteiro turístico procura-se não somente a utilização e apresentação aos turistas dos referidos equipamentos culturais/turísticos, mas também sua plena preservação/conservação. Por meio do uso turístico planejado podemos afirmar a constituição de uma real valorização do patrimônio cultural pelo turista, não somente como forma de singularidade ou simplesmente como forma de diferenciação entre os diversos lugares visitados e explorados, na busca por conhecimento ou por novas realidades diferentes da sua vida cotidiana, mas também significa o reconhecimento pelo turista da identidade ou das identidades constituintes das diversas comunidades pertencentes a uma determinada sociedade ou das sociedades de uma forma geral e ampliada.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural. Turismo. Preservação. Roteirização Turística.

ABSTRACT

The present work proposal to be presented at the First International Seminar on Historical Heritage aims to examine the relations between Cultural Heritage and the tourist market

¹ Bacharel em Administração de Empresas (UFPB), Especialista em Gestão da Qualidade & Produtividade (UFPB), Mestre em História (UFPE), Doutor em História (PUC-SP), Bolsista PNPd-CAPES/PPGTUR-UFRN – CV: <http://lattes.cnpq.br/634882555322569> - E-mail: almirfbo@yahoo.com.br

in the city of Natal, capital of the State of Rio Grande do Norte. In terms of the research project, its effectiveness is justified mainly by seeking to understand how the use of heritage can contribute not only to economic development but also to the social, cultural, and therefore human development of the native citizen. Methodologically, this work privileges the reading and analysis of a series of cultural equipment, managed by the Fundação José Augusto - FJA, through on-site research, as well as documentation produced by it. These equipments also constitute tourist equipment, since they are visited by the tourists who travel through the city of Natal. Pictures, descriptions and information about them are presented. Finally, it concludes with the need to discuss and promote a greater exploitation of cultural tourism in the city of Natal. In the perspective of the creation and implementation of a tourist itinerary, it is sought not only the use and presentation to tourists of said cultural / tourist facilities, but also their full preservation / conservation. By means of the planned tourist use we can affirm the constitution of a real appreciation of the cultural patrimony by the tourist, not only as a form of singularity or simply as a form of differentiation between the different places visited and explored, the search for knowledge or for new realities different from but also means the recognition by the tourist of the identity or constituent identities of the various communities belonging to a particular society or of societies in a general and extended way.

Keywords: Cultural Heritage. Tourism. Preservation. Roteirização Turística.

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se parte do projeto de pesquisa de pós-doutoramento intitulado **Para além do sol e mar: mapeamento de propostas e desafios na incorporação do Patrimônio Cultural como elemento do Desenvolvimento Local através do turismo** desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cujo principal objetivo é o de examinar (investigar, caracterizar e compreender) as relações existentes ou possíveis de serem estabelecidas entre o Patrimônio Cultural e o mercado turístico na cidade do Natal.

As três partes iniciais desse trabalho se intitulam: a primeira denominada **A cidade do Natal: história e patrimônio cultural**, cujo objetivo foi apresentar um pouco da cidade encontrada por Mário de Andrade em 1928 e descrita no livro *O Turista Aprendiz*; A segunda intitulada **O Patrimônio Cultural preservado na cidade do Natal: bases para a prática do Turismo Cultural**, cujo objetivo foi o de apresentar uma análise do trabalho (teórico e prático) desenvolvido por Oswaldo Câmara de Souza à frente do Escritório Técnico do IPHAN no RN e a definição/preservação/conservação de parte do Patrimônio Cultural Potiguar. A terceira intitulada **Projeto Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos**, que consistiu na análise desse projeto proposto pelo Instituto de Formação e Gestão em Turismo do RN – IGETUR e implementado em uma parceria entre este órgão e a Fundação José Augusto – FJA, conforme periodização proposta no trabalho de pós-

doutoramento.

O trabalho ora aqui apresentado, portanto, um quarto momento do trabalho de pós-doutoramento, privilegia a leitura e análise de uma série de equipamentos culturais entre eles, o Museu de Arte Sacra, a Pinacoteca do Estado, o Museu Café Filho, entre outros, geridos pela Fundação e que também se constituem em equipamentos turísticos, pois são visitados pelos turistas que percorrem a cidade do Natal. Para uma melhor utilização desses equipamentos estaremos propondo a criação de um roteiro turístico que inclua os mesmos, constituído a partir do planejamento como elemento fundante, pois não basta simplesmente a existência dos mesmos, afinal sem um planejamento adequado pode-se comprometer a preservação desses locais. Nessa perspectiva devemos valorizar e incluir para um melhor aproveitamento as questões relacionadas à interpretação patrimonial, não somente como forma de fruição da visita pelos turistas, como também pela possibilidade de conscientização nos processos de preservação/conservação dos bens patrimoniais.

No tocante à efetivação deste projeto de pesquisa, este se faz relevante principalmente por procurar compreender como a utilização do patrimônio, tanto em sua vertente material, quanto em sua vertente imaterial podem contribuir para não somente o desenvolvimento econômico, mas também o desenvolvimento social, cultural, portanto, humano, do cidadão natalense. O patrimônio cultural tem já há algum tempo servido como alavancador e também como parte constituinte do mercado turístico em diversas partes do mundo, bem como no Brasil, quanto no Estado do Rio Grande do Norte, principalmente através do chamado Turismo Cultural e isso tem de diversas formas proporcionado o desenvolvimento local ou o desenvolvimento das localidades onde este patrimônio se encontra estabelecido.

1 Metodologia

Metodologicamente este trabalho (como parte integrante do projeto de pesquisa) privilegia primeiramente a leitura e análise de bibliografia existente e que relacionem as temáticas do patrimônio cultural em sua vertente material, com a possibilidade de utilização do mesmo, pelo Turismo, para promoção não só do desenvolvimento local, mas também para a preservação/conservação desse mesmo patrimônio utilizado, bem como a discussão sobre a necessidade de ações planejadas para tal efetivação, discussão sobre ações de interpretação do patrimônio e de como essas podem ser realizadas, além de discussão sobre o papel da roteirização turística como forma de desenvolvimento e preservação.

Na sequência a essa leitura e análise da bibliografia pertinente teremos a visita, a leitura e análise do site da FJA, bem como a leitura e análise de alguns jornais para constituição de um histórico das atividades e das políticas culturais e de preservação implementadas por esta instituição na defesa do patrimônio cultural potiguar. Histórico esse que nos possibilitará a construção de uma narrativa sobre a mesma e conhecer melhor a referida fundação.

Também realizamos a leitura e análise da documentação produzida pela FJA sobre os diversos equipamentos por ela geridos e protegidos a serem utilizados na montagem de proposta para construção de um roteiro turístico no Centro Histórico da cidade do Natal, bem como visita aos mesmos para identificação das atuais condições dos mesmos, bem como levantamento da existência de material relacionado à prática da interpretação patrimonial existente nesses locais.

2 Relacionando patrimônio cultural, preservação, planejamento, interpretação do patrimônio e roteirização turística:

2.1 O Turismo preserva?

Em um passado não muito distante a resposta para esse questionamento com certeza seria um sonoro não, principalmente pela existência de empreendimentos que visavam apenas o lucro e o retorno dos investimentos de imediato, sem se preocupar com a degradação, seja do patrimônio cultural ou do patrimônio natural. Recentemente o que se tem observado é uma mudança paradigmática em relação a esses tipos de ações. Tem-se buscado já a algum tempo e em contraposição às atitudes do passado, adotar práticas profissionais para pensar e tratar os problemas diversos e nesse sentido o planejamento estratégico constituiu-se em um aliado fundamental para o bom desenvolvimento da prática turística.

Nessa perspectiva é que a prática do turismo cultural e aqui o entendemos como:

É aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui - para satisfazer seus próprios fins - a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios sócio-culturais e econômicos que comporta para toda a população implicada. (IPHAN, <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226/>, p.2)

Deve ser pensada e aplicada em uma perspectiva contínua e duradoura, não somente como uma “panaceia” capaz de resolver os problemas existentes (falta de identidade ou baixa identidade do lugar e das comunidades, falta de desenvolvimento econômico e social, falta de recurso para aplicação na própria preservação do patrimônio cultural, entre outros) imediatamente após a aplicação de tal prática, mas levando-se em consideração as relações existentes nas comunidades com o seu próprio passado e a as formas de proteção/preservação do patrimônio cultural aí existente.

Tomando o planejamento estratégico como aliado ou como o princípio de uma boa utilização do patrimônio cultural é possível afirmar que o Turismo preserva sim. Um planejamento bem estruturado, observando-se todas as fases constituintes do processo, sem pular etapas e visualizando-se os diversos cenários que podem vir a se constituir, definindo-se os pontos fortes (que devem ser amplificados ao máximo) e os pontos fracos (que devem ser eliminados ou minimizados ao máximo, também) e incluindo-se aí a busca por toda informação necessária, bem como o fornecimento de informações imprescindíveis para a boa execução do mesmo é fundamental para que se encontrem soluções viáveis e possíveis de serem aplicadas e socializadas.

Nesse sentido e como parte importante para um **planejamento eficaz e eficiente**, a participação do **poder público** (principalmente a nível local) torna-se fundamental e obrigatória, afinal o desenvolvimento local e o bem-estar das diversas comunidades não pode e não deve ficar na mão da iniciativa privada. Por sua vez essa mesma **iniciativa privada** não pode estar fora ou deixar de participar do ato de planejar, pelo simples fato de estar contribuindo diretamente com algumas variáveis importantes nesse processo, afinal os restaurantes, os meios de hospedagem, os meios de transporte, a produção e venda de *souvenirs* (as famosas lembrancinhas que servirão de presentes a familiares e amigos) que auxiliam e garantem uma boa estadia ao turista em visita a um determinado lugar, são os meios de sobrevivência, são os negócios gerenciados e implementados pelos membros constituintes desse setor.

Por fim, mas não menos importante no momento do planejamento é o papel, é o envolvimento da **comunidade local** na construção/definição/utilização dos atrativos turísticos e em nosso caso dos monumentos. É fundamental que a comunidade local esteja envolvida com tudo que diz respeito ao seu lugar de moradia, de vivência, da sua existência, afinal se para o turista aquele lugar pode ser o exótico, o diferente, o fotografável, para o residente, para o morador é o lugar onde se desenvolvem as suas práticas cotidianas de religiosidade, de sociabilidade, de visibilidade. Tomemos

como exemplo o simples ato de visitação a uma determinada igreja em uma cidade histórica brasileira (como a cidade de Ouro Preto) por um grupo de turistas, tiram-se fotos, fala-se alto (por vezes), o guia a contar uma história, produzem-se risadas e comentários, dispersa-se a atenção e em contrapartida tem-se senhoras caladas, circunspectas, a rezarem e professarem sua fé incomodadas com toda aquela balburdia provocada pela excitação da visita, como conciliar essa situação? Essa e outras perguntas e situações devem ser pensadas e resolvidas.

Diagrama 01 – Possibilidade de utilização correta do Patrimônio Cultural



Fonte: Elaboração própria do autor.

2.2 Interpretação do Patrimônio: o quê é isso?

A interpretação do patrimônio, e isso já há muito tempo conforma-se em um consenso para quem a teoriza e a pratica, constitui-se em uma forma de comunicação que procura adicionar significados aos locais que o turista visita, facilitando assim a compreensão e criando uma relação emocional com os mesmos, proporcionando inclusive a possibilidade de preservação/conservação destes. Nessa perspectiva a maneira/forma como se conta uma história, como se consegue apresentar uma coleção ou um monumento, utilizando-se de variados recursos técnicos e tecnológicos pode aumentar o impacto e o apreço pelos locais visitados. Dessa maneira, atingido os objetivos buscados, os visitantes/turistas, encantados com o que viram/sentiram/experimentaram, passam a contar essas suas experiências gerando assim maior curiosidade em quem ainda não visitou o local.

Freeman Tilden (Apud Murta & Goodey, 2002, p. 14) em 1967, um dos primeiros teóricos a tratar sobre o assunto definiu a interpretação como sendo: *“uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiência de primeira-mão, bem como de mídia ilustrativa, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais.”* Faz-se interessante observar que desde seu principio a interpretação do patrimônio buscava unir objetos, lugares e experiências com a técnica e a tecnologia como forma de apresentação/anúnciação do patrimônio cultu-

ral e para além disso se mostrava como uma possibilidade eficiente/eficaz de forma de aprendizado das diversas culturas, podendo levar ao conhecimento crítico sobre essas mesmas sociedades.

Conforme Murta & Goodey, (2002, p. 13) *“a interpretação do patrimônio, em sua melhor versão, cumpre uma dupla função de valorização. De um lado, valoriza a experiência do visitante; do outro, valoriza o próprio patrimônio, incorporando-o como atração turística”*. Nesse sentido essa atribuição de valor, pode possibilitar tornar o local um produto turístico, mas também o irá transformar em educativo e/ou social. Esse valor é atribuído/resgatado através da pesquisa, do estudo e do desenvolvimento de um projeto que seja adequado ao local. Criar apelos e conhecimento, para além da construção ou da paisagem pode ir além do conhecimento, da emoção e agregar mais diferencial aumentando o fluxo de turistas ou melhorando sua capitalização através de atividades extras, mas também possibilitará um aumento na autoestima e na identidade daqueles que residem/fazem o lugar.

O projeto e a estratégia, portanto o planejamento, para a criação/construção de diferenciais em locais turísticos (cidades, parques, bairros, roteiros etc.) é uma ação que requer e só se concretiza a partir da movimentação de diversos setores da sociedade envolvida. O planejamento torna-se, como já citado anteriormente, em algo de fundamental importância para o sucesso da ação, do ato de interpretação, possibilitando a consequente agregação de valor, consistindo e viabilizando o aumento do número de visitantes ao local escolhido, e pode possibilitar, a partir do uso correto, a preservação/proteção do patrimônio cultural utilizado/envolvido nesses processos.

É ponto pacífico entre analistas que a concorrência e a disputa pelos mercados turísticos estão cada vez mais acirradas e, em assim sendo, quanto mais ocorrerem inovações e as melhorias forem introduzidas, na perspectiva/possibilidade de atrair e principalmente fidelizar o turista/cliente, mais resultados poderão ser gerados. Resultados financeiros, geração de empregos, divulgação gratuita do boca a boca etc., bem como a preservação/conservação do patrimônio cultural e natural, das memórias, das identidades dos indivíduos e das comunidades. Nesse sentido, a interpretação do patrimônio, não somente para o turismo, deve antes de tudo analisar o conceito e as possibilidades do local para, a partir deste poder, construir as possibilidades de inclusão e do reconhecimento das multiplicidades e diversidades culturais.

Para a montagem de processos interpretativos e que garantam maior fruição por parte do turista correspondendo em maior aproveitamento da visita e garantam também melhores ganhos, seja na possibili-

dade de reconhecimento identitários, aumento da autoestima dos nativos/moradores, ou mesmo de ganhos financeiros que propiciem melhor desenvolvimento sustentável, pode-se (a título de exemplo) usar ferramentas de caráter criativas/gerencias como a do **design thinking**. É interessante observar que esta ferramenta na busca por solucionar problemas procura dentro de uma nova perspectiva colocar as pessoas ou grupos de interesse para construção/desenvolvimento de um projeto, gerando resultados que se apresentam os mais desejáveis para elas, mas que também e ao mesmo tempo se constituam financeiramente interessantes e tecnicamente possíveis de serem realizados. Os passos a serem trilhados são: 1)Imersão/pesquisa; 2)Ideação/criação; 3)Prototipação/teste; e 4)Desenvolvimento/aplicação, derivando daí uma variedade grande de possibilidades de criação tais como: Visitas livres com recursos locais (tecnológicos ou analógicos); Visitas guiadas; Eventos no local; Experiências diferenciadas; Sinalização caracterizada; Sinalização com explicações e direcionamentos; Placas com explicações, histórias, locais para fotos; Materiais impressos; Materiais audiovisuais; Aplicativos. Afinal:

Mais que informar, interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante, é proporcionar uma experiência inesquecível com qualidade. Para atingir seus objetivos, a interpretação utiliza várias artes da comunicação humana - teatro, literatura, poesia, fotografia, desenho, escultura, arquitetura - sem todavia se confundir com os meios de comunicação ou equipamentos que lhe servem de veículos para expressar as mensagens: placas, painéis, folders, mapas, guias, centros, museus, etc. Nada substitui, no entanto, a interpretação ao vivo, quando realizada por guias e condutores sensíveis ao ambiente e às necessidades dos visitantes. (MURTA & GOODEY, 2002, p. 14)

2.3 Roteirização Turística

Pois bem, temos o patrimônio cultural fazendo parte da vida cotidiana dos indivíduos, das comunidades, patrimônio que identifica, que dá identidade, patrimônio que diferencia, patrimônio que se faz diverso, patrimônios em disputas, patrimônios que podem garantir o desenvolvimento econômico, social e ser uma forma de inclusão dos diversos segmentos componentes de uma determinada sociedade.

Também temos o turismo ou a prática turística que se bem planejada e utilizando-se do patrimônio cultural, pode promover desenvolvimento econômico, a partir de princípios sustentáveis garantindo a inclusão social

e possibilitando a preservação/conservação desse mesmo patrimônio. Somada a essa prática planejada e preservacionista que o turismo pode vir a possibilitar, temos a interpretação patrimonial como forma de melhoria e maior aproveitamento da visita pelo turístico garantido pela ampliação do seu arco de aprendizado.

Conseqüentemente e entrelaçando esses conceitos para colocá-los em prática temos a possibilidade de construção dos chamados roteiros turísticos que nesse trabalho e conforme o Ministério do Turismo em material publicado no ano de 2007 e denominado Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística, página 13, define o mesmo como sendo: *“um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro”*. Na seqüência, na mesma página, define a roteirização como sendo:

[...] o processo que visa propor, aos diversos atores envolvidos com o turismo, orientações para a constituição dos roteiros turísticos. Essas orientações vão auxiliar na integração e organização de atrativos, equipamentos, serviços turísticos e infra-estrutura de apoio do turismo, resultando na consolidação dos produtos de uma determinada região.

Roteiros e roteirização construídos para valorizar ou agregar valor ao que está disperso, mas que planejado, organizado, concretizado pode se transformar em alavancador do processo de desenvolvimento consciente e sustentável, que promova o crescimento e a inclusão dos diversos setores componentes da sociedade, bem como a preservação/conservação do patrimônio cultural em todas as suas dimensões.

3 A Fundação José Augusto (FJA)

A Fundação José Augusto encontra-se localizada na cidade do Natal, com sua sede funcionando em prédio próprio no endereço Rua Jundiáí, 641, no bairro do Tirol, fazendo parte da estrutura da Secretaria Estadual de Educação e Cultura – SEEC, sendo o órgão estadual responsável pelas ações referentes à cultura. Iniciou suas atividades no ano de 1963, na data de 08 de abril através do Decreto 4.680 assinado pelo então Governador do Estado do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves. Criada em meio a um processo de modernização (uma das bandeiras de campanha) do Estado instituída pelo Governador, o papel original da Fundação estava mais ligado às questões educacionais já que um das razões para a sua criação era a de manter, difundir e gerir cursos superiores (faculdades de Filosofia, Ciências e Le-

tras e Jornalismo²) no estado, além, é claro, do Museu de Arte e História, do Instituto Juvenal Lamartine de Pesquisa Social e também seria responsável pela criação de Biblioteca pública sob controle do estado. Para além da preocupação com os cursos superiores eram também funções a serem desempenhadas pela FJA: a pesquisa e a produção de documentação que possibilitassem uma melhor compreensão dos variados problemas regionais e locais, buscando a prática de sistematização e divulgação de conhecimentos técnicos através desses estudos e de debates sobre os mesmos; bem como possibilitar a formação de pessoal especializado para atender e resolver as exigências criadas que possibilitassem o pleno desenvolvimento econômico e industrial da região.

Na década seguinte com a incorporação dos cursos superiores sob sua gerência pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, principalmente pela falta de recursos do Governo do Estado, a Fundação se vê obrigada a fazer uma reestruturação nas suas funções e a partir desse momento assume de forma mais eficiente as questões relacionadas à cultura. Inicia-se nesse período o trabalho de restauração de monumentos históricos que serão recuperados pela Instituição. Essa mudança ficou mais patente ainda com a criação do Centro de Desenvolvimento Cultural, que teria entre outras responsabilidades: operacionalizar o sistema estadual de bibliotecas; pela formação de assessoria técnica para garantir o funcionamento do Circo da Cultura; seria responsável também pela promoção de eventos culturais como encontros literários e folclóricos; e por fim pela realização de seminários com o objetivo de valorização do patrimônio histórico e artístico. Além dessas referidas funções, também ficava ao seu encargo a tarefa de coordenar projetos de restauração de monumentos em todo o Estado.

Em termos de ações viabilizadas pode-se citar a realização do Encontro de Mamulengos do Nordeste, a realização de concursos, exposições, com a entrega de prêmios nas categorias de pintura, literatura e poesia, e a implantação de algumas bibliotecas, tanto na capital, quanto no interior do Estado. Em se tratando dos planos de recuperação e de restauração de monumentos históricos pode-se citar entre estes: a restauração do Casarão de Antunes, da Casa Grande do Engenho Guaporé, em Ceará Mirim; o Solar do Ferreiro Torto, em Macaíba; da Igreja de Acari; da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e o a reforma da Biblioteca Câmara Cascudo. Além desses

2 Ainda nos primeiros anos de funcionamento da Fundação somaram-se às já citadas faculdades outras como a Faculdade de Sociologia e Política e a Escola Superior de Administração; Faziam parte da estrutura ainda o Curso de Língua Anglo-Germânica e o Centro de Estudos Afro- Asiáticos; além da Escolinha Cândido Portinari, demonstrando esse amplo caráter educacional que a mesma desempenhava.

trabalhos de restauração ainda é possível elencar outros realizados como: a restauração do Quartel General de Natal; as obras iniciais de um novo acesso ao Forte dos Reis Magos; a realização de equipamentos pertencentes à Igreja Católica, entre eles o Convento e a Igreja de Santo Antônio, a casa paroquial do Jardim do Seridó, a Igreja de Vila Flor e a capela de Cunhaú. Realizou também a restauração da cadeia pública de São Gonçalo, do Solar da Praça Pedro Velho, na cidade de Açu, além de outros monumentos por todo o Estado.

A década de 1980 além de ser marcada pelo aprofundamento na temática cultural, com a Fundação assumindo mais ainda seu papel de agente cultural no Estado do RN, será também a década em que os poderes constituídos, nesse caso o Governo do Estado, irá promulgar o Decreto nº 8.111, de 12 de março de 1981, que tem por objetivo regulamentar a Lei nº 4.775, de 03 de Outubro de 1978, que dispõe sobre proteção do patrimônio histórico e artístico do Estado, e dá outras providências. A Lei nº 4.775, de 1978, informava em seu Artigo 1º que:

Constituem o Patrimônio Histórico e Artístico do Estado os bens móveis situados em seu território que, por seu valor histórico, arqueológico, científico, cultural ou artístico, mereçam a proteção especial de poder público, nos termos do artigo 158, inciso III, da Constituição Estadual. (RIO GRANDE DO NORTE, 1978)

Ainda na sequência, no parágrafo 2 do referido artigo, complementava informando que “O disposto neste artigo aplica-se aos monumentos naturais, sítios e paisagens de singular beleza ou de interesse turístico, bem como a documentos, obras de arte, bibliotecas e outros bens cuja preservação seja de interesse público” (RIO GRANDE DO NORTE, 1978). Definia e dividia as competências relativas ao ato do tombamento, sendo este de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação e Cultura em última instância, ficando o Conselho Estadual de Cultura na condição de órgão de consulta e a Fundação como órgão executor do processo. A lei entre outras coisas também definia o número de Livros de Tombos e esses deveriam ser em número de três, denominados: o Livro do Tombo Histórico, onde seriam inscritos os bens de interesse da História, da Etnografia e da Arqueologia; o Livro do Tombo Artístico, onde seriam inscritos os bens da Arte e da Literatura; e por fim, o Livro do Tombo Paisagístico, onde seriam inscritos os monumentos naturais, sítios e paisagens de singular beleza ou de interesse turístico.

O Decreto nº 8.111, de 12 de março de 1981, que regulamentava a Lei

nº 4.775, mantinha a ideia original de como se constituía o patrimônio po-tiguar que deveria ser protegido e preservado, mantinha a quantidade de Livros de Tombos a serem usados para inscrição dos respectivos bens tom-bados pelo Estado, mantinha também as responsabilidades referentes ao ato do tombamento, porém definia de forma mais clara os papéis a serem desempenhados por cada um e no caso da Fundação, esta ficava responsá-vel por receber o pedido de tombamento fosse de qualquer pessoa física ou jurídica ou poderia ela mesmo tomar a iniciativa do mesmo. Ela também seria responsável na condição de agente executor pela instrução do proces-so, onde constassem as necessárias informações a respeito da identifica-ção do bem a ser tombado e quem seriam os possuidores de direitos sobre o mesmo e a realização pormenorizada de análise técnica acerca do valor histórico, artístico e cultural do bem, encaminhando-o para o Conselho Es-tadual de Cultura para confecção de parecer técnico.

O Decreto também definia quanto às necessárias autorizações para tombamento quando o bem pertencesse ao Estado (solicitação ao Gover-no do Estado) ou à União (solicitação ao IPHAN), ou seja, os bens públicos e quando os bens fossem de propriedade privada, seja de pessoa física ou jurídica, poderiam ser de forma amigável ou compulsória. Amigável como o próprio termo diz aconteceria quando o proprietário sugerisse o tomba-mento ou quando concordasse com o mesmo depois de receber a notifi-cação sobre a referida possibilidade. Em oposto a isso, seria realizado de forma compulsória quando o proprietário após receber a notificação pela SEEC, através da FJA, em um prazo de 15 dias (corridos) a contar do rece-bimento da mesma, se mostra contrário a tal ato. Quando isso acontece a Fundação teria também o mesmo prazo para justificar o ato do tombamen-to e enviaria o processo ao Secretário para que em um prazo de 60 (ses-senta) dias para tomar alguma decisão. Nesse período, o bem estaria em condição de tombamento provisório para que não fosse realizada nenhuma ação que descaracterizasse o mesmo.

Por fim e importante de mencionar no sentido de regulamentação da Lei nº 4.775, o Decreto informava que os bens inscritos nos livros de tom-bo não poderiam, sem prévia autorização da Fundação, “ser demolidos, res-salvado o caso de ruína iminente, nem modificados, restaurados, pintados ou removidos” ou “para a prática de qualquer ato que, de alguma forma, altere a aparência do bem” (RIO GRANDE DO NORTE, 1981). Caberia tam-bém a FJA realizar, sempre que necessário, os procedimentos de fiscaliza-ção para atestar o bom estado de conservação e a inexistência de danos aos bens tombados, inclusive emitindo notificação aos proprietários e possui-dores para a realização de reparos, restauração, entre outros. Ficava vedado ao proprietário se negar a permitir as vistorias e fiscalizações, incidindo em

multa quando ocorrido e em caso de recusa do mesmo para a realização do que foi indicado pela perícia, o Estado assumiria o ônus sendo obrigatoriamente ressarcido posteriormente, ou se o dito proprietário não possuir recursos para tal ato. Por fim, também seria exigida a prévia autorização “para fixação de anúncios, cartazes ou letreiros, ou para instalação de atividade comercial ou industrial, em imóvel tombado” (RIO GRANDE DO NORTE, 1981)

Na esteira de ações para a preservação do patrimônio cultural potiguar e sua utilização de forma sustentável no desenvolvimento econômico do Estado via prática turística é que foi apresentado e concorreu ao edital público do Programa Monumenta/MinC, para o ano de 2006, o Projeto Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos. A proposta foi organizada pelo Instituto de Formação e Gestão em Turismo do RN – IGETUR, órgão pertencente à hierarquia administrativa estadual e após a seleção e a aprovação do mesmo, este passou a ser executado pela Fundação José Augusto. Os fundos para a realização das atividades previstas contaram com recursos provenientes do Programa Monumenta/MINC/UNESCO/BID (previsto no edital) e da contrapartida disponibilizada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte. A Fundação coordenou e realizou, através de seus técnicos e com a colaboração de diversos interessados na área, o inventário, a catalogação, o cadastramento, a descrição técnica, a publicação, propondo não somente a publicação na formatação usual – impressa, como também a disponibilizou em novas mídias, do Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Norte.

Os inventários produzidos foram divididos nas seguintes tipologias classificatórias: 1) Patrimônio Arquitetônico; 2) Patrimônio Museológico; 3) Patrimônio Sacro; 4) Patrimônio de Bens Móveis Integrados; 5) Patrimônio de Artes Visuais; e por fim, 6) Patrimônio Imaterial. Esses inventários tiveram suas informações disponibilizadas na íntegra (para aqueles que assim o desejassem, como pesquisadores sobre a temática) e também em formato de cartilhas, mapa e novas mídias, como forma de facilitar o acesso à informação sobre esses diversos bens ao turista e público em geral, bem como garantiu a disponibilização dos resultados do trabalho para os diversos órgãos públicos e privados de natureza turística, cultural, educacional e na área da justiça, buscando com isso garantir de forma real e sistemática o acompanhamento, no tocante ao lugar e às condições em que esses se encontram, atualização da lista dos bens materiais e imateriais que compõem o nosso patrimônio, e dessa forma possa se proceder o monitoramento, a fiscalização e a conservação do Patrimônio Cultural Potiguar.

Os inventários realizados constituem-se em uma série de informa-

ções sobre os bens patrimoniais de caráter material e imaterial, tais como: autor, escultor, material utilizado para a confecção, localização, guarda, condições em que se encontram, informações históricas e descritivas, características e caracterizações, datas de comemoração e de ritualísticas, tradições, festas, entre muitas outras, material esse, como já mencionado, serviram de base para a confecção das cartilhas.

Para além do trabalho de constituição dos inventários foram realizadas atividades de formação de arte educadores e de lideranças comunitárias. O IGTUR-RN, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa no RN – FAPERN, planejou e executou o Projeto **Escola do Patrimônio Cultural Potiguar** (também com o objetivo de divulgação turística), em 2009, buscando capacitar, conforme IGTUR-RN (2009, p.05) “80 arte educadores, de escolas circunvizinhas aos sítios históricos mais importantes situados em Natal, no RGN, e 40 lideranças comunitárias destas mesmas áreas”. E para, além disso, informava no mesmo projeto que “o projeto de capacitação não se esgota neste primeiro desenho proposto. Já articulamos com a Secretaria da Educação e de Turismo do RN, ações futuras envolvendo professores: arte educadores, de história, de língua portuguesa, e guias turísticos, para idêntica capacitação”. (IGTUR-RN, 2009, p.05). O curso consistiu numa carga horária de 120 horas, onde foram trabalhados os conteúdos referentes à: a) patrimônio imaterial; b) patrimônio arquitetônico (sendo aí incluídos, os bens móveis); c) patrimônio museológico (sendo aí incluído o patrimônio sacro do Estado), além do estudo do conteúdo referente às artes plásticas, onde foram focalizadas a pintura e a escultura.

As cartilhas derivadas dos inventários foram confeccionadas em número de seis e denominadas: Coleção Patrimônio Cultural Potiguar – Nº 01: Artes Visuais; Coleção Patrimônio Cultural Potiguar – Nº 02: Patrimônio Sacro; Coleção Patrimônio Cultural Potiguar – Nº 03: Patrimônio Museológico; Patrimônio Cultural Potiguar – Nº 04: Patrimônio Arquitetônico; Patrimônio Cultural Potiguar – Nº 05: Bens Móveis e Integrados, e por fim, Patrimônio Cultural Potiguar – Nº 06: Patrimônio Imaterial. Publicadas no ano de 2006, o material produzido em parceria entre a Fundação José Augusto e IGETUR-RN, conforme ficha catalográfica, contavam com 12 páginas e foram feitas em cores, com textos dispostos em português, inglês e espanhol, trazendo informações sobre a cultura potiguar como bem frisa pequeno texto de abertura das cartilhas assinado pela então Governadora do Estado, Wilma de Faria:

O Projeto “Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos”, em gênese, nos lega, se não o exato, o mais aproximado mosaico da nossa cultura.

Ao sabermos mais de nós mesmos, do nosso patrimônio: arquitetônico, móvel, imaterial, museológico – com corte no sacro e nas artes visuais, – estamos também apresentando a todos os turistas e conterrâneos a nossa alma e as nossas raízes!

Viva o Patrimônio Potiguar! (FARIA, 2006, p. 01)

As atividades desempenhadas pela Fundação José Augusto, elevada à condição de Secretaria da Cultura ou ao menos sendo reservada à sua direção o caráter de secretário de estado, se mantiveram sempre no sentido de não só promover à cultura potiguar através do apoio à publicação de autores norte-rio-grandenses, de apoio a manifestações culturais, entre estas artes cênicas e artes plásticas, apoio à criação e manutenção de bibliotecas e seus acervos, como também proporcionar à memória e à história do Rio Grande do Norte através da manutenção, da conservação e da restauração de equipamentos culturais, ora com recursos próprios, ora com recursos assegurados via programas nacionais como foram às verbas oriundas do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas – PAC das Cidades Históricas destinadas à restauração do Teatro Alberto Maranhão e da sua escola de dança, à restauração do Memorial Câmara Cascudo e à restauração do Museu Café Filho. Todas essas ações visam cumprir de forma profícua a missão que a Fundação se colocou e que consiste em:

[...] promover o desenvolvimento sócio-cultural e científico do Estado, mediante colaboração com o Poder Público. E lhe compete: estimular, desenvolver, difundir e documentar as atividades culturais do Estado; preparar pessoal para o desempenho de atividades prioritárias ao processo de desenvolvimento; desenvolver um plano editorial visando, sobretudo, a promoção do autor potiguar e nordestino; promover investigações científicas em todos os campos de conhecimento; promover a restauração, conservação e manutenção de monumentos históricos e artísticos do Estado; promover a manutenção e documentação dos bens culturais móveis e imóveis do Estado e, desenvolver um programa de bibliotecas públicas em todos os municípios do Estado. (Disponível em: <<http://www.cultura.rn.gov.br/>>, 2018)

3.1 Os Equipamentos Culturais

Como citado anteriormente os equipamentos culturais aqui apresentados: o Museu Arte Sacra, o Museu Café Filho, a Fortaleza dos Reis Magos, a Pinacoteca Potiguar, o Museu da Rampa, são geridos pela Fundação José Augusto e podem ser considerados equipamentos turísticos, princi-

palmente por fazerem parte de itinerários ou roteiros turísticos, necessariamente não formais, por uma falta de maior investimento nessa perspectiva, porém contribuem para proporcionar o contar da história do Estado.

A) Museu Arte Sacra:



Figura 01: Museu de Arte Sacra, Igreja do Galo e Convento Santo Antônio.
 Fonte: Acervo pessoal / Figura 02: Primeira Sala do Museu de Arte Sacra
 Fonte: www.skyscrapercity.com / Figura 03: Entrada Principal do Museu de Arte Sacra. Fonte: Acervo pessoal / Figura 04: Acervo do Museu de Arte Sacra em exposição. Fonte: www.profciriosimon.blogspot.com

O Museu de Arte Sacra do RN está localizado a Rua Santo Antônio, S/N, na Cidade Alta, teve sua criação na data de 21 de dezembro de 1988 e foi instalado nas dependências da Igreja Santo Antônio compondo com este um conjunto bastante peculiar, contando ainda com o Convento. Tem por objetivo recolher, inventariar e expor objetos de arte religiosa do Estado, cujo patrimônio, pela sua qualidade e importância histórica, merece ser preservado. Reúne um acervo rico com imagens dos séculos XVII ao XX, além de pinturas, alfaias, mobiliário, ourivesaria e prataria utilizados na realização do culto religioso. Contém, ainda, imagens e oratórios de camarinha, como mostra da devoção doméstica. O templo em que o museu se encontra localizado e que com sua ornamentação compõem com este uma espécie de conjunto foi considerado por Oswaldo de Souza³ entre os que

³ Oswaldo Câmara de Souza nasceu em 1905 na cidade do Natal, vindo a falecer na mesma cidade em 1995. Iniciou seus estudos na Faculdade de Direito de Pernambuco, porém após três anos transferiu o curso para o Rio de Janeiro no intuito de cursar música, obtendo o diploma na Escola Nacional de Música, em 1932. Foi professor de piano e enveredou pela composição

existiam, o melhor dos templos católicos em terra potiguar quando do seu retorno a Natal. Afinal nas palavras do conservador **“essa igreja apresenta uma certa harmonia de concepção, que muito a destaca entre os monumentos religiosos da capital”** (SOUZA, 1981, p. 163). Composto pela Igreja e pelo Convento e teve a conclusão de sua construção datada de 1799. Funcionando aí por um bom tempo o Colégio Diocesano Santo Antônio.

B) Memorial Câmara Cascudo:



Figura 05: Memorial Câmara Cascuda. Fonte: Acervo pessoal /
Figura 06: Memorial Câmara Cascuda – Reinauguração.
Fonte: Canindé Soares

Criado em 10 de fevereiro de 1987, teve por objetivo de homenagear o maior nome intelectual do Estado. O prédio foi construído em fins do século XVIII, abrigando primeiramente os serviços administrativos da Fazenda Real. Reconstruído em 1875, serviu a partir de 1922 de Delegacia Fiscal. Serviu de sede do “Quartel General da 7^a. R. M.”, em Natal, até 1977. O prédio, em estilo neoclássico, foi construído em dois pavimentos, conta no térreo com um museu com temas ligados ao folclore e à cultura popular, funcionando aí também um Atelier de Artes Plásticas e no andar superior existe um auditório para 200 pessoas. Foi tombado a nível estadual em 24 de agosto de 1989, não somente pelo papel que teve na condição de Provedoria Real, Fazenda Real ou Real Erário, mas também por ter sido palco de acontecimentos históricos de importância nacional, como o Movimento Republicano de 1817.

musical, carreira que lhe rendeu fama nacional e internacional, convivendo com artistas como Chiquinha Gonzaga e Ernesto Nazareth. Modernista, além dos trabalhos de composição também dedicou-se à preservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico, não só rio-norte-grandense, pois teve atuação em outros lugares a exemplo do Museu de Arte Sacra dos Jesuítas (composto pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o Convento da Companhia de Jesus) em Embu das Artes em São Paulo. Empreendeu inúmeras pesquisas folclóricas buscando colher material como músicas, modinhas, casos, poemas, danças populares etc. Retornou a Natal em 1961 para assumir atividade no IPHAN, aposentando-se em 1974.

Foi entregue restaurado em 13 de agosto de 2018 pelo Governo do Estado com obras no valor de R\$ 300 mil, financiada pelo banco Mundial, tendo por objetivo promover e ampliar os equipamentos culturais do Estado, imprescindíveis para preservação da cultura e fomentação do turismo potiguar. Foram feitos reparos/obras nas suas instalações hidráulicas e elétricas renovadas, bem como os revestimentos, esquadrias e pintura.

C) Museu Café Filho:



Figura 07: Museu Café Filho. Fonte: Acervo pessoal / Figura 08: Sala de exposição do Museu Café Filho. Fonte: Acervo pessoal / Figura 09: Sala de exposição do Museu Café Filho. Fonte: Acervo pessoal. / Figura 10: Mamulengos em exposição no Museu Café Filho. Fonte: Acervo pessoal.

O Sobradinho da Rua da Conceição, 601 - Cidade Alta é o último remanescente da arquitetura civil colonial dentro do chamado sítio histórico da cidade. Primeira construção assobradada da capital, foi mandada construir pelo Capitão-mor José Alexandre Gomes de Melo. Na década de 1920 passou a abrigar o Sindicato Geral dos Trabalhadores, cujo presidente Café Filho, tornou-se Presidente da República, em 1954 com o suicídio de Getúlio Vargas. Oswaldo de Souza instalou nesse edifício o Museu do Sobradinho (sendo seu diretor) com a realização de exposições a exemplos da Exposição de Arte Sacra e de Rendas e Labirintos do Nordeste.

O prédio foi recentemente restaurado e conta atualmente com a Exposição do Acervo do Colecionador Francisco Francinildo. Em visita recente ao museu obtivemos a informação de que o acervo documental e iconográfico sobre Café Filho, incluindo fotos de suas viagens e de suas campanhas, bem como sua biblioteca particular e de parte do mobiliário de sua residência, oriunda de sua casa na cidade do Rio de Janeiro, encontram-se em processo de restauro e recatologiação para a construção de uma exposição permanente no museu.

D) Pinacoteca Potiguar:



Figura 11: Pinacoteca Potiguar. Fonte: Acervo pessoal / Figura 12: Escadaria da Pinacoteca Potiguar. Fonte: Acervo pessoal. / Figura 13: Fundo da Pinacoteca Potiguar. Fonte: Acervo pessoal / Figura 14: Sala de Exposição da Pinacoteca Potiguar. Fonte: Acervo pessoal

O prédio teve sua construção entre os anos de 1866 e 1873, e é considerado o exemplar com a maior expressão da arquitetura neoclássica em Natal. É interessante ressaltar que por esse motivo e pelo trabalho de Oswaldo de Souza é que ocorreu o tombamento do edifício pelo IPHAN na década de 1960, já que esta não era uma prática muito comum do Instituto, a julgar que suas preservações, na maioria dos casos, pesavam sobre os exemplares barrocos e modernos. Abrigou a Assembleia Legislativa e a Tesouraria Provincial, posteriormente foi denominado de Palácio Potengi e também abrigou a sede do Governo.

A atual Pinacoteca do Rio Grande do Norte já foi o Palácio do Governo e é a maior expressão da arquitetura neoclássica em Natal. Inaugurado em 1873, o governador Alberto Maranhão, transformou-o em 1902 na sede do Governo Estadual. Permaneceu como centro da vida política do RN até 1995. Atualmente é um importante centro cultural, com exposições permanentes das obras mais relevantes do acervo da Pinacoteca Potiguar. Constitui-se no principal responsável pela guarda e manutenção do acervo pertencente ao Governo estadual tendo entre as suas principais obras pintores como: Volpi, Tarsila do Amaral, Cícero Dias, entre outros e de artistas potiguar como: Maria do Santíssimo, Newton Navarro, Dorian Gray e Abraham Palatnik.

No intuito de incrementar e criar mais atrativos para a construção do roteiro turístico abarcando os equipamentos elencado anteriormente podemos incluir no mesmo os três exemplares de arquitetura barroco-religiosa que se encontram nas imediações. A Igreja de Santo Antônio (Igreja do Galo), a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação (antiga Catedral) e a

Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.



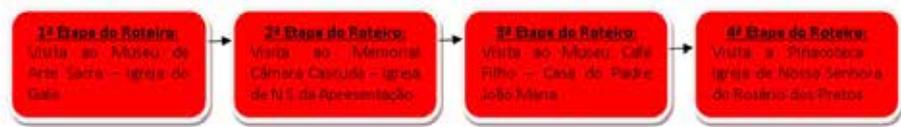
Figura 15: Igreja de Santo Antonio (Igreja do Galo). Fonte: Acervo pessoal / Figura 16: Igreja de Nossa Senhora da Apresentação. Fonte: Acervo pessoal / Figura 17: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Fonte: Acervo pessoal

É possível também incluir nesse roteiro a Casa do Padre João Maria (conhecido como o Santo de Natal e em processo de beatificação pelo Vaticano). A casa encontra-se localizada na Rua da Conceição, número 630 (ao lado do Museu Café Filho) e já abrigou a antiga sede do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e também foi moradia do Padre João Maria, pároco da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação e figura de destaque na cidade do Natal.



Figura 18: Caso do Padre João Maria – Antiga Sede do IPHAN
Fonte: Acervo pessoal

Diagrama 02 – Sequência de Visitação – Roteiro Prédios Históricos – Cidade Alta



Fonte: Elaboração própria do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Rio Grande do Norte conta atualmente com um litoral com uma extensão de 410 km representado por uma série de praias já famosas internacionalmente e nacionalmente a exemplo de Pipa, Praia do Madero e Barra do Cunhaú no litoral Sul, Genipabu, Galinhos e Maracajaú no litoral Norte, além é claro da Praia de Ponta Negra na cidade do Natal, local de referência para turistas vindos dos mais variados lugares do mundo a exemplo da Europa e do Brasil, o que tem favorecido a um turismo na vertente Sol e Mar muito forte. Não nos cabe aqui questionar os números tanto de turistas que visitam esses lugares ou a quantidade de investimentos que são dirigidos a essa forma de turismo. Porém gostaríamos de afirmar que também se faz necessário diversificar essa prática. Nesse sentido investir para desenvolver a prática do turismo cultural é bastante salutar.

Pois bem, desenvolver a prática do turismo cultural significa a necessidade não só de aumento nos recursos para a área, na perspectiva de ampliar acervos, promover a restauração/conservação de equipamentos, propiciar locomoção e cachês para grupos culturais que se apresentem, assim como figurino e indumentária dos mesmos, bem como condições para a manutenção das manifestações culturais, mas também reconhecer a importância desses patrimônios materiais e imateriais, para o contar e o problematizar da história, para a problematização ou manutenção da memória, das práticas de sociabilidade, das formas de reconhecimento e de identidade. Por vezes significa também a necessidade de se repensar o papel desempenhado pelos equipamentos histórico-culturais existentes no sentido de um melhor aproveitamento dos mesmos. Isso significa investir em propaganda dos mesmos, incluindo aí a produção de material de divulgação sejam na forma de propaganda televisiva, pela internet, ou até mesmo folders apresentando acervos e exposições, garantir equipes atuantes e atualizadas quanto a formas de exposição e de repassar de informações, realização de convênios com Universidades para a prática de estágios formais para o pessoal de licenciatura e de alguns bacharelados (como o caso de Turismo, Museologia, Arquitetura, entre outros), garantir a abertura dos equipamentos na forma em que o mesmo é divulgado e também as suas reais formas de funcionamento, como por exemplo, segurança e higiene.

As ações elencadas anteriormente podem significar um maior uso dos equipamentos histórico-culturais pelas comunidades aos quais os mesmos pertencem e isso pode inclusive garantir uma das melhores formas de propaganda que pode existir, aquela que se configura através da forma boca-a-boca. Uma propaganda que fideliza, se positiva, e que pode garantir a indicação dos lugares a familiares e amigos, da mesma forma que, no caso dos turistas, pode garantir a visita indicada por aqueles que já experimentaram tal ação a aqueles que querem conhecer coisas novas e buscam fazê-lo quando viajam. As pessoas quando viajam e se propõem a reconhecer o outro e as peculiaridades que compõem a vida do outro estão dispostas a olhar os objetos, as realizações, as práticas culturais, o cotidiano materializado no viver das mesmas. Estão dispostas a conhecer os itinerários culturais constituídos e ver as paisagens culturais criadas na interação entre os homens e os lugares em que os mesmos vivem.

Especificamente, porém bastante relacionado com o que estamos discutindo nessas considerações finais e ao longo do texto, gostaríamos de pensar a respeito do papel que vem sendo desempenhado pela Fundação José Augusto e sua gerência sobre os citados equipamentos histórico-culturais. A FJA como toda instituição pública na área da cultura e o que daí se deriva vem funcionando atendendo aos diversos interesses políticos, ora de forma mais democrática ou na maioria das vezes sempre sujeita às vontades de uma determinada elite e da sua concepção do que seria cultura. Não que determinadas manifestações culturais⁴ elitizadas a princípio possam não parecer importantes, porém estas não podem ser escolhidas como únicas ou mais significativas que as demais. Isso se refere também ao peso que podem ter instituições museais como o Museu de Arte Sacra, a Pinacoteca, o Museu Café Filho, o Memorial Câmara Cascudo entre outros (a exemplo do futuro Museu da Rampa), como lugares de aprendizagem não formal, seja para os natalenses, seja para aqueles que se direcionam a cidade na condição de turistas e também buscam conhecer as histórias sobre a mesma. Faz-se preciso repensar o papel dessas instituições no sentido de aproximá-las mais dos diversos públicos reais e potenciais.

Repensar a função desses equipamentos histórico-culturais, sincronizando ações positivas de educação em lugares não formais com a necessidade de incluir novos e potenciais públicos pode ser feito através da roteirização turística-cultural desses equipamentos observando-se aquelas preocupações em relação ao marketing e a divulgação dos mesmos, o funcionamento correto, entre outras, para o bom desempenho das atividades e o atendimento aos mais diversos públicos e entre estes os turistas. Esse

4 Como o Ballet da Escola de Dança do Teatro Alberto Maranhão, instituição também gerida pela Fundação.

trabalho inicia uma discussão e esperamos poder concluí-la com trabalhos subsequentes que pensem a viabilidade prática do roteiro aqui proposto e da possibilidade de se pensar novas propostas que utilizem/roteirizem também o patrimônio cultural imaterial da cidade do Natal que é bastante rico e diversificado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Carta do Turismo Nacional – 1976 – ICOMOS*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, [s.d.].
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística/ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico*. Brasília: Coordenação Geral de Regionalização, 2007.
- FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. Disponível em: <<http://www.cultura.rn.gov.br/>> Acesso em: 08 maio 2018.
- IGTUR-RN (2009). *Patrimônio Cultural Potiguar: Escola do Patrimônio. Relatório Final*. Natal: IGTUR-RN.
- JORNAL TRIBUNA DO NORTE. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rn-assina-adesao-ao-sistema-nacional-de-cultura/216639>>. Acesso em: 09 maio 2018
- MAIA, Isaura Amélia de Sousa Rosado; MAIA, Trícia Rosado (Orgs.). *Patrimônio Arquitetônico*. Natal: Fundação José Augusto, 2006.
- _____. *Patrimônio Imaterial*. Natal: Fundação José Augusto, 2006.
- _____. *Patrimônio Museológico*. Natal: Fundação José Augusto, 2006.
- _____. *Bens móveis e integrados*. Natal: Fundação José Augusto, 2006.
- _____. *Artes visuais*. Natal: Fundação José Augusto, 2006.
- _____. *Patrimônio Sacro*. Natal: Fundação José Augusto, 2006.
- MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Território Brasilis, 2002.
- OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento (Brasil - 2000-2015)*. São Paulo: Tese de Doutorado PPGH/PUC-SP, 2016.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019